



10º Congresso de Pós-Graduação

CECÍLIA MEIRELES: UMA DEFENSORA DA EDUCAÇÃO LAICA

Autor(es)

RENATA LUIGIA CRESTO GARCIA

Orientador(es)

RAQUEL PEREIRA CHAINHO GANDINI

1. Introdução

Lamego (1996) discorre sobre a luta de Cecília Benevides de Carvalho Meireles na década de 1930, por uma educação laica. Estamos falando de um período de grandes mudanças como destaca Fausto (1997) em seu livro *A Revolução de 1930: historiografia e história*, no qual aborda também as mudanças políticas e sociais brasileiras. Momento esse que a educação passa a ser vista como principal instrumento para o desenvolvimento do país. Lôbo (2010) afirma que muitos intelectuais foram defensores de uma educação renovadora; de que era necessária uma nova escola para efetivar o desenvolvimento. Entre esses intelectuais destacou-se Cecília Meireles, que além de professora, escritora, poeta, era jornalista. Cecília Meireles passou três anos, de 1930 a 1933, empenhando-se no combate à educação religiosa obrigatória, por meio de sua coluna “Comentário” do jornal *Diário de Notícias* da cidade do Rio de Janeiro. Foi defensora convicta dos princípios da escola nova, principalmente no que diz respeito à laicidade do ensino público.

2. Objetivos

Baseando-se na bibliografia de Fausto (1997), Aranha (2006), Lamego (1996), Lôbo (2010) e outros autores, pretende-se atingir o objetivo deste trabalho que é o de elucidar algumas questões sobre a luta de Cecília Meireles na década de 1930 por uma educação laica no ensino público do Brasil.

3. Desenvolvimento

Estamos falando da mulher professora, escritora, poeta e jornalista, que era avançada para seu tempo, que assinou o documento que se tornou o divisor de águas da educação brasileira o “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova” (1932).

O Manifesto dos Pioneiros foi assinado por 26 intelectuais: Fernando de Azevedo, Afrânio Peixoto, A. de Sampaio Doria, Anísio S. Teixeira, M. Bergstrom Lourenço Filho, Roquette Pinto, J. G. Frota Pessoa, Julio de Mesquita Filho, Raul Briquet, Mario Casassanta, C. Delgado de Carvalho, A. Ferreira de Almeida Jr., J. P. Fontenelle, Roldão Lopes de Barros, Noemy M. da Silveira, Hermes Lima, Attilio Vivacqua, Francisco Venâncio Filho, Paulo Maranhão, Cecília Meireles, Edgar Sussekind de Mendonça, Armanda Álvaro

Alberto, Garcia de Rezende, Nóbrega da Cunha, Paschoal Lemme, Raul Gomes. (ARANHA, 2006, p. 202).

Como afirma Aranha (2002), Cecília Meireles era uma das três mulheres que compunham o quadro dos vinte seis intelectuais que assinam o documento. Este destacava como princípios a institucionalização da escola pública, laica, com igualdade de direito à educação para ambos os sexos, obrigatória, igualitária e para todos.

Cecília Meireles defendia cada item deste documento, mas especialmente concentrou seus esforços no combate ao Decreto da obrigatoriedade do ensino religioso nas escolas públicas de número 19.941 de 30 de abril de 1931.

Cecília Meireles conseguiu atingir as mudanças que almejava? É o que verificar-se-á. Para tanto, na primeira parte deste artigo, parece ser relevante uma breve biografia de Cecília Meireles e sua ligação com a Escola nova, assim como sua luta por uma educação laica nas escolas públicas. Em um segundo momento, são abordadas as disputas educacionais entre os católicos defensores da escola tradicional e os intelectuais defensores da escola nova e os resultados legais.

A GUERREIRA

Cecília Meireles nasceu na cidade do Rio de Janeiro no dia 7 de novembro de 1901. Foi criada por sua avó Jacinta Garcia Benevides, pois perdeu o pai com três meses e a mãe com três anos. Começou a escrever com nove anos de idade. Aos dezesseis, concluiu o curso Normal e passou a lecionar. Em 1919 publicou o livro *Spectros* e daí por diante não parou.

No ano de 1922, Cecília casou-se com o pintor Fernando Correia Dias. Com ele, a escritora teve três filhas. Mais uma tragédia marca sua vida: Correia Dias acometido por depressão se suicida em 1936. Só voltou a se casar em 1940, com o professor e engenheiro Heitor Vinícius da Silveira. (LÔBO, 2010, p. 24)

Sua trajetória pode ser percebida nas diversas ramificações de sua inquietação intelectual, como a literatura e as artes em geral. Isso é possível constatar quando Cecília Meireles é convidada a assumir a coluna Comentários, conhecida também como a Página da Educação do jornal matutino *Diário de Notícias* do Rio de Janeiro, de Orlando Dantas e Nóbrega da Cunha.

Utilizava de seu artifício poético e jornalístico para apresentar as ideias da escola nova a seus leitores: pais que de alguma forma pudessem se engajar na luta por uma educação mais libertadora. Sempre que podia repudiava, em seus textos perspicazes, os defensores da escola tradicional.

Cecília Meireles defendeu a proposição de que seria impossível “Conciliar a escola nova, científica, com bases experimentais, com as histórias religiosas, sem dúvida muito bonitas, mas antipedagógicas e, portanto, impróprias para a escola”(MEIRELES,1931, *apud* LAMEGO, 1996, p. 218).

Para os adeptos da escola nova, a função da educação deveria ser a de formar o cidadão livre, criativo e consciente. Para os defensores da modernidade escolar, a educação religiosa na escola pública impedia os avanços de desenvolvimento intelectual. Cecília Meireles lutou por essas mudanças através de sua coluna jornalística e, quando não pode mais, passou a lutar por mudanças dentro das salas de aula.

OS ACONTECIMENTOS DA ÉPOCA

Para uma melhor compreensão, é preciso retroceder um pouco na história e conhecer os acontecimentos da época. No final da década de 1920 vivia-se a política chamada “Café com Leite”, “política de revezamento do poder nacional executada na República Velha entre 1898 e 1930, por presidentes civis fortemente influenciados pelo setor agrário dos estados de São Paulo - mais poderoso economicamente, principalmente devido à produção de café - e Minas Gerais - maior pólo eleitoral do país da época e produtor de leite.” (FAUSTO, 1997, p.110).

Nas eleições de 1930, Getúlio Vargas, da Aliança Liberal, é derrotado. Contudo, isso não fez com que ele deixasse de assumir o governo, à força. Utilizou-se do assassinato de seu companheiro de partido João Pessoa como pretexto para assumir a presidência.

Getúlio Vargas assume o cargo de Chefe do Governo Provisório em 1930 e permanece até 1934. Cria vários ministérios, a começar pelo Ministério da Educação e Saúde Pública, em 14 de novembro de 1930. O primeiro ministro da Educação a ser nomeado foi Francisco Luiz da Silva Campos. Este ao assumir o cargo de Ministro, começa uma reforma educacional por meio de decretos, assinados e publicados a partir de abril de 1931. “Os decretos de Francisco Campos imprimem uma nova orientação, voltada para maior autonomia didática e administrativa, interesse pela pesquisa, difusão da cultura, visando ainda o benefício da comunidade.” (ARANHA, 2006, p. 201). Deve-se ressaltar, no entanto, que os católicos se opunham aos defensores da escola nova, pois defendiam a educação tradicional, embasada na ordem, severidade e punição. Essa posição ganha, posteriormente, apoio governamental.

Com a difusão da instrução básica, Getúlio Vargas juntamente com o Ministro Francisco Campos, acreditavam estar ampliando a

educação a nível nacional. Em 1931, o governo decretou a obrigatoriedade do ensino religioso nas escolas públicas. (FAUSTO, 1997, 112).

Os intelectuais da escola nova não se conformavam, diziam que era um retrocesso na história da educação brasileira, pois a educação religiosa havia sido retirada das escolas desde a Constituição de 1891.

A ala católica conservadora entendia que a campanha em favor da escola pública, laica, gratuita e obrigatória, era um afronto à sua autoridade.

No entanto, o Estado não tinha condições materiais de implantar o monopólio, nem tinha a intenção de fazê-lo. Isso pode ser visto já que o próprio Presidente Getúlio Vargas, perante os inúmeros problemas existentes no país, convoca os interessados a debater os assuntos em busca de soluções.

Um dos mais importantes debates ocorreu na IV Conferência Nacional da Educação, em 1931, para tratar do problema da educação popular.

Getúlio Vargas e Francisco Campos pediram aos participantes que examinassem o problema da educação brasileira e que apresentassem possíveis soluções e, ainda, afirmaram que o governo provisório estava disposto a acatar as orientações traçadas pela Conferência.

Presente à Conferência também estava Carlos Alberto Nóbrega da Cunha, jornalista representante da Associação Brasileira de Imprensa. Nóbrega da Cunha, representando uma das correntes ideológicas presentes na Conferência, propôs que se confiasse a Fernando de Azevedo a tarefa de consubstanciar, num documento, as sugestões de uma política educacional para responder ao pedido do Governo.

Fernando Azevedo aceita o desafio e redige o documento, assinado também por 25 outros intelectuais, dentro do prazo: março de 1932.

As ideias pedagógicas deste período, que tiveram forte influência sobre a educação brasileira, vinham da Europa, mas, sobretudo dos Estados Unidos. E sem dúvida foram elas que impulsionaram a elaboração do documento conhecido como “Manifesto dos Pioneiros” de 1932, um passo das reivindicações dos defensores da escola nova.

O então Ministro Francisco Campos recebe o documento dos defensores da Educação Nova, mas momentaneamente nada faz, recebendo duras críticas, como por exemplo, de Cecília Meireles.

“O Sr. Getúlio Vargas, assinando o decreto antipedagógico e antissocial que institui o ensino religioso nas escolas, acaba de cometer um grave erro. É preciso que se diga isso com sinceridade. Este decreto vai ser a porta aberta para uma série de tristes ocorrências. Por ele poderemos chegar até às guerras religiosas. É justamente em atenção aos sentimentos de fraternidade universal que a escola moderna deve ser laica. Laica não quer dizer contrária a nenhuma religião, somente: neutra, isenta de preocupações dessa natureza”. (MEIRELES 1931 apud. MEIRELES, 2001, p. 15)

Cecília Meireles era considerada uma das principais representantes da escola moderna. Era, também, uma insistente “fiscalizadora” dos atos do Ministro Francisco Campos e o pressionava quanto podia, em busca de mudanças educacionais que favorecessem a população.

O Ministro procurou atender à Igreja. Sancionou o ensino religioso facultativo, com o decreto nº 19.941 de 30/04/1931 que restabelecia o ensino religioso nos níveis primário, secundário e normal.

“O mal está cometido, e só resta a esperança que possa vir a ser reparado com um governo mais coerente com a Revolução, e realmente interessado pelo bem estar do povo, quer dentro dos limites nacionais, quer na sua projeção nacional do mundo”. (MEIRELES 1931, apud. FERREIRA, 2011, p.14)

A pressão de Cecília Meireles era tão grande com sua página da Educação no Jornal *Diário de Notícias*, que passa a incomodar a cúpula governamental. O governo de Getúlio Vargas desconfia de suas ideias de mudanças educacionais, passa a persegui-la politicamente, até que em 1933, acaba saindo do jornal e a página da educação se cala.

4. Resultado e Discussão

De acordo com nossa pesquisa, Cecília Meireles lutou por uma educação moderna. Passou três anos, de 1930 a 1933, combatendo a

obrigatoriedade do ensino religioso na escola pública, por meio de sua coluna “Comentário” do jornal *Diário de Notícias* da cidade do Rio de Janeiro. Foi defensora convicta dos princípios da escola nova, principalmente no que diz respeito à laicidade do ensino público. Mas, por pressões políticas, deixa o jornal que servia de instrumento para sua luta. Muitas das reivindicações do ideário da escola nova se tornam lei na Constituição de 1934, porém, a educação religiosa obrigatória continuou se valendo do decreto 19.941 de 30 de abril de 1931.

5. Considerações Finais

Apesar de várias tragédias terem ocorrido na vida de Cecília Meireles, não se tem notícias de lamentações por parte dela, muito pelo contrário, os relatos são sempre positivos. Muito trabalho produtivo, tanto no campo da educação quanto no campo da escrita.

Mesmo em sua despedida do jornal *Diário de Notícias*, deixa transparecer em sua escrita o seu otimismo. O que pode ser observado no trecho que se segue de sua crônica “Despedida”:

“Esta Página foi, durante três anos, um sonho obstinado, intransigente, inflexível, da construção de um mundo melhor pela formação mais adequada da humanidade que o habita. Diz uma das nossas autoridades no assunto que isto de ser educador tem, evidentemente, a sua parte de loucura. Mas, além de um sonho, esta Página foi também uma realidade enérgica que, muitas vezes, para sustentar sua justiça, teve de ser impiedosa, e pela força de sua pureza pode ter parecido cruel. O passado não é assim tão passado porque dele nasce o presente com que se faz o futuro. O que esta página sonhou e realizou, pouco ou muito – cada leitor o sabe –, teve sempre como silenciosa aspiração ir além...” (MEIRELES 1933, *apud*. MEIRELES, 2001, p. 15).

Cala-se a jornalista, mas não a educadora e poeta. Cecília Meireles passa a se dedicar ao magistério e a seus poemas e contos. Mas, foi nos primeiros anos da década de 1930 que Cecília Meireles mostrou sua determinação na vida política brasileira, tão incisiva em seus princípios na defesa da democracia e de uma educação pública mais justa e laica.

Em uma crônica para o jornal Folha de São Paulo, relata que Cecília Meireles logo após sua despedida da "Página de Educação", volta aos jornais. “Desta vez para o carioca *A Nação*, no qual foi contratada com um senão: poderia escrever sobre tudo, menos sobre política!” (LAMEGO, 1996, p.110)

Cecília Meireles não conseguiu de fato atingir todos os seus sonhos, mas a obrigatoriedade, a escola pública, gratuita passou a fazer parte, um ano depois, da Constituição de 1934.

Referências Bibliográficas

- ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. *História da Educação e da pedagogia – Geral e Brasil*. 3ª ed. São Paulo: Moderna, 2006.
- AZEVEDO, Fernando de et alii (1932). *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. A Reconstrução Educacional no Brasil - ao Povo e ao Governo*. Disponível em <http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/heb07a.htm>. Acesso em 19/07/2011. (Original publicado em 1932 pela Companhia Ed. Nacional).
- FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930: historiografia e história*. São Paulo: Cia das Letras, 1997.
- FERREIRA, Rosângela Veiga Júlio. *A laicidade no discurso jornalístico de Cecília Meireles: imagens da década de 1930..* <http://www.ufjf.br/sacrilogens/files/2011/02/8-3.pdf> 39 Sacrilogens. Juiz de Fora, v.8, n.1, dez/2011- Bolsista CAPES. Acesso em 10/08/ 2012.
- LAMEGO, V. *A farpa na lira: Cecília Meireles na Revolução de 30*. R. J: Record, 1996.
- LOBO, Yolanda. *Cecília Meireles*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco: Editora Massangana, 2010.
- MEIRELES, Cecília. Crônicas de Educação. In: *Obra em prosa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: Fundação Biblioteca Nacional, 2001. Volume 1.